

HISTÓRIA DOS CONCEITOS E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica¹

*HISTORY OF CONCEPTS AND INFORMATION SCIENCE:
theoretical-methodological notes for an epistemological perspective*

Rodrigo Rabello - rdgrabello@yahoo.com.br
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília

Resumo

Considerando as questões de ordem conceitual presentes no universo epistemológico da ciência da informação, objetiva-se discorrer sobre a relevância e a possível contribuição teórico-metodológica da história dos conceitos para a ciência da informação no que tange aos esforços de elucidação e compreensão dos conceitos que compõem o seu quadro teórico. Para delimitar o prisma de análise, abordou-se, primeiramente, algumas interpretações teórico-disciplinares presentes na ciência da informação e, em seguida, discorreu-se acerca das acepções de conceito científico e da história dos conceitos, buscando construir um diálogo entre essa perspectiva teórico-metodológica e as discussões epistemológicas no campo da ciência da informação.

Palavras-chave: História dos conceitos. Metodologia. Reinhart Koselleck. Epistemologia; Ciência da Informação.

1 INTRODUÇÃO

As indagações que nos levaram a escrever o presente texto partem da hipótese de que a ciência da informação precisaria rever e/ou ampliar, em alguma medida, seu quadro teórico-metodológico para pensar as questões referentes ao seu universo científico e disciplinar (1). Dentre o leque de possibilidades interpretativas e de análise atualmente empregado, as questões de cunho conceitual são relevantes se lembrarmos que elas fizeram parte da origem e direcionaram historicamente a própria noção de ciência e a sua posterior institucionalização em espaços acadêmicos particularizados.

Ao mesmo tempo em que a noção de *conceito* é importante para o entendimento da formalização teórica de uma necessidade investigativa no universo científico-disciplinar, na perspectiva dos pesquisadores de um campo disciplinar, é indiscutível a necessidade de conhecer os principais conceitos que alicerçam a teoria científica e, não menos importante, de apreender quais os instrumentais teórico-metodológicos orientadores, nunca deixando de

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

relacioná-los a uma história, a uma tradição, visto que nenhum construto científico surge desvinculado de uma base filosófica.

O “caos conceitual” presente na literatura científica da ciência da informação (CAPURRO; HJØRLAND, 2007) dificulta a sistematização de seus limites disciplinares e científicos. Frente a tal situação, hodiernamente observamos esforços históricos e/ou epistemológicos que corroboram em direção a várias tentativas de justificação do surgimento da ciência da informação contando, particularmente, com as interpretações das inter-relações metodológicas e teórico-disciplinares que compõem o seu campo disciplinar. Somando-se a isso, a ciência da informação conta, ainda, com as explicações acerca das demandas sociais de informação que fizeram parte de sua origem disciplinar.

Convergindo com tais esforços de elucidação científico-disciplinar, propomos a adoção de uma abordagem teórico-metodológica que pode contribuir para as questões de ordem conceitual na ciência da informação. A partir de uma perspectiva historiográfica criada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck – a *história dos conceitos* – buscamos edificar possíveis diálogos entre a referida abordagem e a ciência da informação.

Antes de apresentarmos essa perspectiva teórico-metodológica, esboçaremos o quadro teórico-interpretativo que a literatura da ciência da informação constantemente se reporta na tentativa de justificar, a partir de alguns de seus marcos eventuais, premissas comumente associadas ao seu surgimento e às suas abordagens e/ou agendas investigativas.

A diversidade dessas premissas no campo da ciência da informação abre caminho para argumentarmos sobre a importância da apreensão conceitual enquanto contribuição para o entendimento das possíveis linhas identitárias que particularizam a sua formalização acadêmico-disciplinar. Nesse sentido, buscaremos mostrar como o enfoque histórico-conceitual pode ser um caminho fértil para a ciência da informação, sobretudo, se for pensado sob um prisma epistemológico.

2 INTERPRETAÇÕES TEÓRICO-DISCIPLINARES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As interpretações sobre o surgimento da ciência da informação apresentam diferenças substanciais no que tange os construtos discursivos. Essa condição ao mesmo tempo em que instiga por demonstrar o quanto ainda pode e deve ser investigado e esclarecido, demonstra igualmente a fragilidade disciplinar que causa desconfiança por parte de muitos pesquisadores. De forma implícita ou deliberada, tais estudiosos se recusam a acreditar e a absorver completamente os conteúdos teóricos da ciência da informação que se apresentam sem uma identidade e sem uma direção teórico-metodológica, ou seja, que se apresentam como um “Frankstein” pós-moderno. Em meio a essa insegurança, vemos que a incerteza é um bom caminho para o questionamento de argumentos imprecisos que, muitas vezes, induzem a pensar que o surgimento da ciência da informação fora ocasionado apenas por alguns eventos pontuais. Por esse e por outros motivos a serem discorridos durante o presente artigo, trabalhamos com a hipótese de que a ciência da informação ainda está em um processo de construção e de maturação científico-disciplinar.

Dentre os eventos comumente recordados, podemos observar, por exemplo, as interpretações as quais seguem as premissas que deduzem que a ciência da informação nasceu de associações profissionais ou da especialização do serviço de informação em atividades técnicas. Tais hipóteses não contemplam a amplitude da criação de uma disciplina no universo epistemológico. Ademais, apreender e aceitar que a ciência da informação tenha nascido somente das atividades profissionais não deixa claro as nuances da complexidade histórica (interesses políticos, ideológicos, econômicos, etc.) que antecederam e que perpassaram a sua criação disciplinar.

Especificamente no contexto profissional, a literatura da área de informação constantemente revisita os acontecimentos ocorridos na França, entre o final do século XIX e início do XX. Com o despertar das mudanças do conhecimento, refletidas na organização social do trabalho, podemos observar que, no campo da informação, ocorreu uma indisposição entre os *bibliotecários tradicionais*, que mantinham acervos organizados por generalidades temáticas, com função patrimonialista, educativa e universalista; e os *documentalistas*, que tinham como enfoque o tratamento para a disponibilização da documentação especializada e científica e que eram advindos da tradição do movimento bibliográfico. (WOLEGGE, 1983). Tais documentalistas provinham das mais diversas profissões e campos do saber e trabalhavam nos centros de documentação, sendo os protagonistas de uma relativa tensão entre biblioteconomia e documentação. (MEYRIAT, 1993).

Similarmente ao ocorrido na França, nos Estados Unidos (EUA), as questões provindas dos interesses de associações profissionais geraram divergências entre os denominados *librarian* (bibliotecários tradicionais) e aqueles que, aos poucos, representavam uma outra categoria profissional por trabalharem nas *Special Libraries* (bibliotecas especializadas), ou seja, os *information scientists* (cientistas da informação ou bibliotecários especializados). (SHERA, 1980).

Por outro lado, como o entendimento da documentação estadunidense, nesse período, se diferenciou daquela apreendida na Europa (SHERA, 1980; BUCKLAND, 1996), uma primeira tensão no campo profissional ocorreu entre a biblioteconomia tradicional (ou “clássica”) e a biblioteconomia especializada (moderna) e, em um segundo momento, essa tensão se deslocou no binômio biblioteconomia (especializada) e ciência da informação. (SARACEVIC, 1995).

Nesse caso, a acepção estadunidense de ciência da informação estaria mormente relacionada às atividades profissionais em documentação (principalmente no setor privado, iniciadas anteriormente à Segunda Guerra) e à eficiência organizativa de associações profissionais e de pesquisa, como o American Documentation Institute, fundado em 1937 (atualmente, American Society for Information Science – ASIS) que representavam, em alguma medida, o interesse dos EUA em se projetar como país investidor e produtor de ciência e tecnologia. Essas associações elegeram e disseminaram o termo *information science* (ciência da informação) como o “porta-voz” de uma promissora “ciência” que precisou de um processo de disciplinarização eficientemente arquitetado em um curto espaço de tempo. Por exemplo, o artigo de Borko (1968), embasado nas idéias de Taylor,

expressou bem o intento de se justificar e de delimitar essa nova disciplina, trazendo, de forma sucinta e genérica, as preocupações teóricas deliberadas nas conferências do Georgia Institute of Technology (realizadas nos EUA, 1961/1962) que seriam orientadoras para as pesquisas e práticas profissionais em informação na relativa separação e interdependência entre a dimensão teórica e a aplicada. Somando-se a isso, Freitas (2003) e Oliveira (2005) nos mostraram que a UNESCO, na década de 1960, teve um importante papel de divulgação de tais idéias com o intuito de formar um sistema Mundial de Informação Científica para “cooperação voluntária internacional” (UNISIST).

Poderíamos dizer, com isso, que a ciência da informação primeiramente foi pensada como disciplina e, posteriormente, seus pesquisadores se preocuparam em justificá-la histórica e epistemologicamente. Em outras palavras, eles, durante muito tempo, se detiveram mais nas questões de ordem prática e teórico-disciplinares do que naquelas de ordem científica.

A preocupação teórico-disciplinar está estampada na diversidade de opiniões de pesquisadores da ciência da informação que nela se detiveram e reconheceram a importância da obra do advogado belga Paul Otlet intitulada *Traité de Documentation* (2), de 1934, que seria a base para uma perspectiva européia da ciência da informação, em particular, em uma vertente francófona; e do artigo do cientista estadunidense Vannevar Bush, intitulado *As we may think* (3), de 1945, que definiria o marco teórico inicial da vertente anglófona da ciência da informação.

Vale destacar que não existe consenso entre os teóricos que defendem uma demarcação teórico-disciplinar em ambas as perspectivas. Por exemplo, autores como Wersig (1993) e Rayward (1991; 1994; 1995) defendem que a ciência da informação se originou com a perspectiva européia; já para Saracevic (1996) e Capurro (2003), esta disciplina surgiu na perspectiva estadunidense. Todavia, na opinião de Rodríguez Bravo (2002), ambas as perspectivas se complementam.

A perspectiva européia da documentação nasceu, em grande medida, sob a influência das idéias positivistas de Auguste Comte (DAY, 1997; RAYWARD, 1991,1994; SANDER, 2002) influenciadas também pelo objetivismo lingüístico iniciado pelos enciclopedistas do século XVII. (DUCHEYNE, 2005). Tal orientação foi decisiva para a criação da obra de Otlet que expressou, em uma abordagem ampla e com grande preocupação formal, a sua inquietude frente aos problemas informacionais de sua época. Desse modo, o *Traité* tornou-se, a partir de então, uma importante referência para pensarmos as questões informacionais hodiernas. Por exemplo, Rayward (1994; 1995) desenvolveu a sua argumentação a partir da interpretação da obra otletiana no sentido de contextualizá-la aos dias atuais, demonstrando, por exemplo, a sua contribuição para o desenvolvimento do *hiperlink*, das bases de dados, da Internet, etc. Para esse autor, a documentação foi a “raiz disciplinar” da ciência da informação.

Conforme argumentou Otlet (1934, p.373), o termo “documentação” pode se apresentar como o “[...] conjunto de documentos com a função de documentar, isto é, de informar com a ajuda da documentação”. Ao explicar a documentação como disciplina acadêmica, o autor postulou que ela “[...] é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes”. Nessa perspectiva, a documentação “[...] acompanha o

documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor”, assumindo, destarte, um caráter passivo, receptivo ou dativo em diversos setores da sociedade. (OTLET, 1937).

Cabe destacar que o conceito de documentação de Otlet (1934) fora retomado e, em certa medida, aprofundado por Suzanne Briet (1951) e por teóricos como Meyriat (1993), Blanquet (1993), López Yepes (1995), Buckland (1997b), entre outros. Em seu ensaio *Qu'est-ce que la documentation?*, Briet (1951) descreveu a documentação como uma “[...] técnica de trabalho intelectual, uma profissão distinta, uma necessidade de nossos tempos”. Segundo a autora, os termos “documentalista” (*documentaliste*), “centro de documentação” (*centre de documentation*) e “documentografia” (*documentographie*) usados na França seriam conceitualmente mais completos de significação do que os termos “biblioteconomia especializada” (*special librarian*), “biblioteconomia” (*librarian*) e “bibliografia” (*bibliography*) nos países de língua inglesa.

López Yepes (1995, p.197-214), ao expor a corrente originada na Alemanha, mostrou que a perspectiva européia de ciência da informação não se limitou à corrente francófona. O referido autor espanhol se embasou em autores como Shoher (1968), Pietsch (1968), Koblitiz (1968, 1969, 1970, 1975), Wersig (1975), dentre outros, para argumentar que a perspectiva alemã da ciência da informação e documentação (*informations-und dokumentationswissenschaft*) se diferiria e seria mais ampla do que a concepção estadunidense.

Tal disciplina alemã se singularizou quando passou a somar a responsabilidade social ao ponto de vista crítico direcionado às tecnologias de informação, tomando como enfoque e objeto de estudo a informação social organizada. A documentação seria determinante para a disciplina, pois representaria o processo de produção documental, ou seja, o processamento analítico-sintético dos documentos cuja função informativa residiria no processo de armazenamento, recuperação e transmissão da informação. Conforme postularam Wersig e Neveling (1975), cujo texto fora recentemente estudado por Freire (2003), a disciplina alemã se constituiu priorizando dois enfoques. O primeiro deles foi o da *ciência da informação*, que se preocuparia com a informação em um contexto social amplo; e o segundo foi o da *documentação*, que se encarregaria da informação especializada.

A junção complementar desses enfoques marcaria, então, a criação da ciência da informação e documentação alemã que, na condição de ciência social, fora criada para ocupar-se das questões socioinformacionais de maneira ampla. Por outro lado, com a instrumentalidade das teorias para o delineamento do seu caráter disciplinar e com o conseqüente enfoque nas questões de ordem eminentemente prática, podemos dizer que a disciplina alemã não se diferenciou substancialmente da proposta estadunidense da ciência da informação.

Compreendemos que o artigo de Bush (1945), na perspectiva estadunidense, trouxe implicitamente os primórdios da “vocação” que a ciência da informação tomou como conduta balizadora, ou seja, incitou a ênfase nos recortes teóricos de outras disciplinas para tentar suprir demandas específicas e aplicadas de informação (especializadas, portanto) em um enfoque marcadamente funcional e instrumental. Em outras palavras, esse artigo foi

tomado simbolicamente como marco por muitos pesquisadores por representar o momento do pós-guerra em que se abriu um campo de investigação aos cientistas frente à questão da informação voltada para a identificação e para a solução de problemas informacionais, mediante aparatos tecnológicos, em particular, naqueles relativos à recuperação da informação.

Contudo, apesar da importância desse enfoque para a criação disciplinar da ciência da informação – que, posteriormente, não se limitou apenas à recuperação, ampliando o seu campo de ação instrumental –, historicamente a vertente estadunidense carregou uma tendência até hoje perceptível da escassez (ou de lacunas) de fundamentação e preocupação epistemológica, ou seja, de enfatizar mais a tecnologia e os recortes teórico-disciplinares sob o ponto de vista prático em detrimento da contextualização do pensamento produzido na ciência da informação numa tradição científica e filosófica. Essa situação remete, em certa medida, a uma inconsistência teórica e a premência de estudos epistemológicos, sobretudo, para pensarmos a ciência da informação no âmbito das ciências humanas.

Ademais, uma das maiores contribuições observadas com esse enfoque utilitarista da recuperação da informação para a proposição da ciência da informação foram os altos investimentos em tecnologia promovidos pelos EUA no período pós-Segunda Guerra Mundial (SARACEVIC, 1996; 1999). Contudo, não podemos deixar de mencionar o contexto em que tais investimentos foram estimulados. Eles ocorreram, precisamente, na efervescência da corrida bélico-tecnológica entre o referido país e a então superpotência concorrente – a antiga União Soviética (URSS) – igualmente emergente no período pós-guerra e também protagonista da chamada Guerra Fria.

De modo geral, a Guerra Fria marcou o período pós-Segunda Guerra Mundial (que se estendeu até 1989, com a simbólica queda do muro de Berlim) em que as potências vencedoras da guerra, EUA e a URSS, aceitaram dividir globalmente forças em uma espécie de equilíbrio de poder desigual (respectivamente, em zonas de influência capitalista e zonas de influência comunista) não contestado em sua essência. Essa falta de contestação da divisão de poderes, por ambas as partes, evitou a eclosão de uma guerra nuclear. Entretanto, esse período foi marcado pelo medo de uma “destruição mútua inevitável” decorrente do perigo eminente de guerra. (HOBSBAWN, 1995, p.224). A tensão entre esses dois países teve como um de seus desdobramentos a corrida pelo desenvolvimento científico, tecnológico e bélico na tentativa de demonstrar superioridade de força no plano infra-estrutural e militar. A informação, nesse contexto, adquiriu importância estratégica.

Assim, nesse período, a antiga URSS igualmente focalizou interesses para as questões científico-informacionais num movimento de teorização da informação científica que já vinha se delineando anteriormente à proposição estadunidense. Nessa direção, Freitas (2003), ao basear-se no estudo de Richards (1996), demonstrou a marcante atuação do Comitê Central do Partido Comunista da URSS para a construção de um “[...] complexo sistema de importação e tratamento da informação de periódicos científicos do Ocidente para suprir seus próprios cientistas e tecnólogos”. Tais iniciativas foram efetivadas com a fundação, no ano de 1952, do VINITI (Instituto para a Informação Científica). Todavia, tal entidade fora concebida, já em 1946, na ocasião em que se observou a existência de um “[...] serviço de informação com a finalidade central de manter os cientistas soviéticos

atualizados no que faziam os norte-americanos em pesquisa atômica e [em] projeto de foguetes”. Destarte, em meio às disputas geopolíticas e ideológicas da Guerra Fria e à conseqüente corrida pela vanguarda científico-tecnológica, o controle da informação científica e tecnológica foi uma das pautas nesse leque de interesses.

Conforme argumentou López Yepes (1995, p.220), autores como Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskii (1966) se dedicaram à criação de uma disciplina russa – a informática (*informatika*) – visando investigar tais questões informacionais. Diferentemente da ciência da informação estadunidense, que buscava (pelo menos formalmente) estudar o fenômeno informacional de maneira ampla, a informática, desde sua criação, buscou delimitar o seu campo de ação investigativa tendo como enfoque a informação científica.

A informática passou, a partir de então, por um amplo quadro teórico-disciplinar interpretativo tendo, como marco inicial, as preocupações com leis internas de desenvolvimento da ciência relacionadas às necessidades sociais que as justificassem. Dentre as principais necessidades que influenciaram a sua criação, destacamos: a) o crescimento na produção bibliográfica; b) a especialização científica; c) a inter-relação entre ciências; d) os aspectos políticos e econômicos incidentes na ciência; e) a influência dos meios de comunicação, entre outros aspectos. Num primeiro momento, tal disciplina foi pensada para o estudo dos princípios da atividade informacional mediante a elaboração e aplicabilidade de metodologias para coleta, processamento (analítico-sintético), armazenamento e disseminação da informação científica registrada.

Ademais, López Yepes (1995, p.222) nos mostrou que a informática, além de se ater a preocupações relacionadas à informação científica, também sofreu influência da documentação otletiana na conjectura de que dela se derivou a preocupação com um dos principais alicerces da disciplina russa – a atividade científico-informativa –, que seria diretamente responsável pela geração de novos conhecimentos.

No bojo desse contexto histórico, as tecnologias de informação foram fundamentais para a intersecção do plano infra-estrutural com o bélico. As iniciativas desses países retratam um período em que a informação passou a ser concebida estrategicamente para interesses nacionais, eminentemente para a esfera público-estatal na antiga URSS; e para a esfera pública e privada nos EUA. Cabe ressaltar que o enfoque estadunidense conduziu hegemonicamente a proposição da ciência da informação em detrimento à informática russa, principalmente por contemplar as primazias informacionais do mundo capitalista, ou seja, a ênfase na informação de cunho científico-tecnológico atrelado ao enfoque mercadológico, que lhe garantiu “nuances sedutoras”.

Tais aspectos atrativos do enfoque mercadológico da informação na ciência da informação podem ser interpretados a partir da análise de López Yepes (1995, p.189-193) que se embasou em autores como Santodomingo Guarachana (1990), Ros García (1990), Gómez-Pallete (1990), Hernández de Frutos (1991), López Hernández (1991), entre outros. López Yepes (1995) destacou vários pontos relacionados ao desenvolvimento do enfoque da gestão da informação (*information management*) na ciência da informação, dentre os quais consideram a informação como um recurso econômico estratégico (ou fonte de poder econômico) da atividade empresarial em uma “sociedade da informação”, também

denominada “pós-moderna” ou “pós-industrial”. Nessa perspectiva, a informação seria gerida em sistemas sob o forte impacto das tecnologias de informação.

O autor sobredito, além de abordar os desdobramentos da perspectiva tecnológica da recuperação da informação anglófona aprofundada por Mooers (1950) e por Vickery (1961), também evidenciou a importância e a influência da *teoria matemática da informação* de Shannon e Weaver (1948) que considerava, de modo geral, a transmissão de mensagens em um processo comunicativo entre emissor e receptor mediante um canal comunicativo (nesse caso, mediado pela tecnologia). Sob esse prisma, o processo informacional e documental instrumentalizaria a comunicação da informação científica com base em um sistema de informação. Dessa forma, López Yepes (1995, p.167-186) argumentou que o enfoque principal da ciência da informação estadunidense recairia sobre a necessária percepção de *sistema* e do controle positivo (das propriedades, do comportamento, etc.) da *informação registrada*.

Vimos que, à luz de uma perspectiva teórico-disciplinar, as diferentes interpretações acima citadas foram investigadas buscando esquadriñar, justificar e evidenciar os elementos que comporiam as diferentes facetas disciplinares daquilo que, diante da indefinição observada, poderíamos nomear de “ciências da informação”.

Contudo, considerando a percepção estadunidense que vigora em grande parte das explanações conceituais da ciência da informação (sob o desígnio de sua própria condição hegemônica), uma das principais características dessa “ciência” seria de lidar com os problemas informacionais pontuais e historicamente inscritos mediante o empréstimo de teorias comumente empregadas em outras disciplinas (como é o caso da *teoria matemática da comunicação*, da *teoria geral de sistemas*, entre outras) que são instrumentalizadas para diferentes fins. (PINHEIRO, 1999, p.177). A partir disso, conforme argumentam Saracevic (1995; 1996) e Pinheiro (1999; 2005), a interdisciplinaridade faria parte de sua natureza constitutiva.

Do ponto de vista dos enfoques interpretativos dos teóricos da ciência da informação, observamos duas perspectivas diferentes que buscam explicar sua constituição e que são imprescindíveis enquanto intentos para a sua elucidação disciplinar e científica. Tais perspectivas são:

a) *prático-disciplinar* – onde a relação entre a configuração disciplinar da ciência da informação e as teorias de outras disciplinas formariam um conjunto de conhecimentos instrumentais para lidar com uma determinada fase e/ou problema em informação contemplando práticas, enfoques e espaços/ambiências informacionais particularizados. Por exemplo, podemos citar as explicações que aproximam a ciência da informação com as teorias e práticas da biblioteconomia, da arquivística, da museologia, da ciência da computação, da ciência cognitiva, etc. Em nossa opinião, as pesquisas desenvolvidas por Shera (1980), Ingwersen (1992), Jardim e Fonseca (1992), Saracevic (1996), Le Coadic (1996), Smit e Barreto (2002), Robredo (2003), dentre outras, apresentam-se em uma abordagem que contempla uma dimensão prático-disciplinar.

b) *epistemológica* – busca pela processualidade histórica e teórica de tais enfoques prático-disciplinares no seu inter-relacionamento com o campo científico e filosófico. Portanto, essa perspectiva acomoda o primeiro enfoque (prático-disciplinar) num plano teórico-metodológico explicativo, onde as práticas não formariam simplesmente uma disciplina e, sim, fariam parte de um conjunto de saberes que têm um lugar específico dentro do universo do conhecimento (sob a influência de uma base filosófica, de métodos, de teorias, etc.). Sob esses termos, as pesquisas desenvolvidas por Gonzáles de Gómez (2000a; 2000b; 2001), Fernández Molina (2002), Capurro (2003), Hansson (2005), Marciano (2006), Capurro e Hjørland (2007), dentre outras, foram desenvolvidas nessa perspectiva.

Reconhecemos a importância do enfoque prático-disciplinar, entretanto, encontramos na perspectiva epistemológica um caminho fértil para se apreender quais seriam os preceitos que poderiam ajudar a estabelecer limites identitários disciplinares e científicos ou localizar/identificar a ausência deles na ciência da informação, inclusive, mediante uma abordagem histórico-conceitual.

Podemos dizer que o estudo de Zins (2007) contribuiu para os estudos epistemológicos em ciência da informação quando revelou, dentre outras coisas, a existência de uma verdadeira *babel* conceitual no entendimento disciplinar de ciência da informação entre os pesquisadores de diversos países que compõem ou que estão próximos ao seu campo de estudos. Vale destacar que os depoimentos dos pesquisadores publicados por Zins revelaram uma discrepância de entendimento disciplinar da ciência da informação que, em alguns momentos, alcançou tais patamares que chegamos a nos questionar se eles estavam se reportando a uma mesma disciplina. A partir da carência de nitidez dos seus domínios disciplinares e dessas observações preliminares, nos perguntamos se seria realmente necessário um discurso disciplinar comum na ciência da informação, mesmo considerando as diferentes perspectivas teórico-metodológicas. E mais, isso seria possível no contexto fragmentário das denominadas ciências pós-modernas?

Embora admitamos que essas questões sejam instigantes devido a sua complexidade, não podemos arriscar aqui respondê-las visto que isso demandaria a realização de um estudo mais aprofundado sobre o assunto. Visamos, todavia, apresentar uma perspectiva teórico-metodológica do campo historiográfico – a história dos conceitos – que poderá contribuir para as reflexões disciplinares e científicas da ciência da informação no tocante às discussões conceituais que permeiam aqueles interesses de estudo no campo epistemológico acima exposto. A seguir, veremos o que seria um conceito científico, como se constituiu a história dos conceitos e como ela poderia contribuir para os estudos em ciência da informação.

3 CONCEITO CIENTÍFICO E HISTÓRIA DOS CONCEITOS

Se pensarmos o *conceito* genericamente, ele seria o símbolo representativo da abstração produzida mediante o intelecto na expressão da idéia de uma coisa ou fenômeno observável. Por outro lado, se apreendermos o conceito dentro da lógica e da razão científica, ele seria a delimitação necessária que a linguagem científica se apóia para a representação da realidade mediante uma simbologia criada pelo primado da exatidão, da sensibilidade e da consensualidade (intersubjetiva), na busca pela representação dos fenômenos da realidade. O *conceito científico* também é apreendido como um *construto*,

por possuir um significado construído intencionalmente à luz de um marco teórico. Nas palavras de Köche (2002, p.115), ele deve ser “[...] definido de tal forma que permita ser delimitado, traduzido em proposições particulares observáveis e mensuráveis”.

Os primórdios da aceção de *conceito científico* podem ser traçados a partir da criação da própria ciência quando esta buscou autonomia da filosofia. Conforme argumentou Vuillemin (1987, p.115-116), o conceito científico tem como característica principal a prioridade do *método* (perspectiva científica) sobre a *ontologia* (perspectiva filosófica que se dedica ao estudo do ser).

A problemática filosófica inicial vincula-se à tradição platônica e aristotélica em que a ontologia da linguagem opunha-se à possibilidade de apreensão do mundo sensível cientificamente, sob a pressuposição de que o acaso e a ausência de leis no plano material elevariam a compreensão científica a um plano hierárquico inferior.

A divergência em relação à premissa ontológica pode ser observada na geometria e na aritmética, pois tais disciplinas constituíram os primeiros saberes positivos que desmentiram a impossibilidade de apreensão da substancialidade das coisas por meio da forma e da matéria. Nessa perspectiva, segundo dissertou Vuillemin (1987, p.117), o que passou a valer não foi o “[...] estatuto ontológico, mas o estatuto metodológico do conceito”, melhor explicando, não seria a maior ou menor proximidade da observação da substância real, mas capacidade metódica de compreender o objeto de forma clara e distinta.

Sob o primado do método, o autor demonstrou que são quatro as condições necessárias para tornar científico um conceito, a saber: 1) controle equacional de um elemento presente em um dado sistema natural, na constituição de uma lei, por exemplo; 2) constituição de uma linguagem técnica e não simplesmente comum; 3) evidência de conceitos implícitos (complexos) em lugar daqueles explícitos (simples) originados do modelo ontológico lingüístico que não demonstravam o conjunto de axiomas que os comporiam; 4) mensurabilidade dos conceitos científicos, assim como das leis que os interligam.

A partir dessas condições, podemos dizer que o traço distintivo dos conceitos científicos é a possibilidade de se refutar a hipótese de que fazem parte, todavia, vale dizer que, no caso da refutação da hipótese, os conceitos não são totalmente desqualificados. Vuillemin (1987, p.119) pontuou que “[...] a refutação não faz mais do que traçar os limites de aproximação, no interior dos quais é ainda possível utilizar os conceitos como meios de previsão e de descrição simplificada da natureza”.

Como observamos, o emprego do método foi o ponto de partida que propiciou às ciências naturais definirem o que seria o *conceito científico* na busca pela *positividade* do objeto para que este pudesse ser controlado, mensurado, delimitado, etc. A partir do desenvolvimento das ciências naturais sob este requisito, notamos, igualmente, a abertura da instrumentalidade do método que possibilitou o surgimento das ciências humanas por meio, principalmente, de uma nova roupagem dos princípios mecânicos da Física, direcionando-os ao social. Vuillemin (1987, p.117) exemplificou essa abertura às ciências humanas a partir da interpretação do filósofo francês Auguste Comte (1972; 1983) ao

ênfatizar que a “evolução da ciência” direcionou-se para a inversão da ontologia da linguagem, indo do abstrato ao concreto e dos modos às substâncias.

Dessa forma, as propriedades de um conceito científico poderão explicar a ciência que a ele se relaciona. Através do estudo dessas propriedades, podemos identificar como ocorreu, por exemplo, o desenvolvimento disciplinar de uma ciência, quais foram os pressupostos orientadores, quais foram os avanços e retrocessos que o emprego de um conceito proporcionou em determinado período histórico, em determinada teoria, em determinada escola científica, etc. Somando-se a isso, conforme explicou Francelin (2004, p.29-30), o estudo das bases conceituais

[...] podem ser consideradas indispensáveis para qualquer estudo ou discussão epistemológica em determinada disciplina. Os conceitos que formam tal base podem ser construídos ao longo do tempo por novas e antigas disciplinas, passando, primeiramente, pelo crivo da comunidade científica [que consolidará ou não a] sua utilização. Os conceitos [que] nascem no cotidiano (senso comum) são apropriados pelo meio científico e tornam-se científicos ao romperem com esse cotidiano, com esse senso comum.

Para o estudo dos conceitos dessa natureza, encontramos no trabalho do historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006) (4) um potencial teórico-metodológico para pensarmos as questões conceituais no campo da ciência da informação. Para a construção do seu quadro teórico-metodológico, Koselleck encontrou subsídio teórico principalmente nas obras de Emmanuel Kant (1724-1804) e de Carl Schmitt (1888-1985) (CASTELO BRANCO, 2006) (5) e na aceção hermenêutica dos filósofos Martin Heidegger (1889-1976) e de Hans-Georg Gadamer (1900-2002) relativamente às respectivas apreensões acerca da posição fenomenológica entre sujeito/objeto e de suas principais categorias de análise. (PEREIRA, 2004).

Abrindo um parêntese, é importante salientar que autores como Hansson (2005) e Capurro (2003) demonstraram a importância teórica e metodológica da hermenêutica para a ciência da informação. Segundo demonstrou Hansson (2005, p.105), a hermenêutica é uma importante ferramenta epistemológica para esclarecer a relação entre subjetividade/objetividade no âmbito da ciência da informação. Conforme argumentou Capurro (2003, p.9), a hermenêutica considera a “verdade” como relativa, pois, por vezes, existem limitações históricas para a sua compreensão. Para esse autor, a hermenêutica na ciência da informação

[...] postula justamente a diferença entre pré-compreensão, oferta de sentido e seleção, tomando como marco de referência, não a pré-compreensão de um sujeito ou usuário isolado, mas a de determinada comunidade assim como a de um campo específico de conhecimento e/ou a de ação na qual o usuário está já implícita ou explicitamente inserido.

Trilhando brevemente sobre o referencial teórico-hermenêutico de Koselleck, é relevante destacar que, sob uma perspectiva ontológica, Heidegger passou a priorizar o *Ser* abrindo a hermenêutica a tudo, inclusive às ciências da natureza. O *todo* seria apreendido pela

interpretação do *Ser*, na consideração de que toda a compreensão é temporal, intencional e histórica, inclusive nas ciências da natureza. A diferença fundamental entre o enfoque no *Ser* é que ele não depende do olhar analítico, pois ele “[...] emerge subitamente da obscuridade no contexto inteiramente funcional do mundo”. (ALBERTI, 1996, p.12).

Portanto, enquanto o olhar analítico-hermenêutico (perspectiva científica) estaria condicionado ao simbólico, à linguagem para informar, categorizar, caracterizar e explicar; o olhar hermenêutico ontológico heideggeriano estaria preocupado em antecipar o “ser” para mostrar que ele “é”, ou seja, demonstrar que as coisas simplesmente “são” antes mesmo da linguagem, pois a “[...] simples enunciação já é interpretação, antes mesmo de sobre ela incidir a lógica”. Nesse caso, a interpretação ocorre antes mesmo da separação entre sujeito e objeto. (ALBERTI, 1996, p.12-13).

Gadamer convergiu com as idéias ontológicas de Heidegger ao enfatizar que a compreensão é o próprio caminho do *Ser* na existência. Para chegar a essa premissa, este filósofo tomou como parâmetro a dialética grega para igualmente suspender a separação entre sujeito e objeto. Sob a percepção de Gadamer, o sujeito não seria o ponto de partida do conhecimento, pois o objeto (texto) também lança perguntas para o sujeito, no estabelecimento de um diálogo interpretativo à moda platônica. (ALBERTI, 1996, p.13).

A peculiaridade do estudo de Koselleck (2006) parte da sua própria perspectiva de análise em que objetiva, de modo geral, unir a abordagem filosófico-hermenêutica ao campo historiográfico para o desenvolvimento de sua história dos conceitos. Em poucas palavras, Koselleck une os enfoques hermenêuticos *ontológico* (filosófico) e *analítico-causal* (científico) que se mesclam sob um prisma historiográfico.

Tal “fusão” teórica pode ser apreendida no estudo de Pereira (2004, p.46-47) que demonstrou como Koselleck uniu o enfoque hermenêutico-filosófico de Heidegger e de Gadamer a uma perspectiva historiográfica (de natureza analítico-causal e lingüística) para formar uma espécie de “historiografia filosófica”. Nas palavras da autora, o modo de escrever história desenvolvido por Koselleck

[...] guarda grandes lições para o historiador. Num século em que a disciplina histórica fundou seus métodos e seus objetivos no vínculo com as ciências sociais, vemos um historiador que se atém à filosofia. [...] Vemos em Koselleck claros ecos heideggerianos e gadamerianos: as metacategorias do historiador tematizam o pano de fundo lingüístico, o ‘horizonte’ somente dentro do qual os homens podem desenvolver suas idéias, instituições, sua história. Assim como Heidegger na filosofia, Koselleck parece acreditar, no âmbito historiográfico, que todo o universo criado pelos homens se alicerça numa determinada “compreensão do ser”.

De modo específico, Koselleck objetivou apreender, mediante o inter cruzamento das categorias representativas de passado e futuro (plano categórico-abstrato), o movimento da ação política e social ao longo da história (no plano empírico) a partir da investigação sobre a maneira com que os homens combinaram concretamente o seu presente à luz da dimensão de sua experiência passada com as expectativas de futuro.

Para tanto, Koselleck (2006) propôs uma história dos conceitos que considerasse as experiências históricas e as ações humanas representadas nos conceitos. De modo geral, a história dos conceitos é um método especializado de crítica das fontes, atento ao emprego das noções políticas e sociais essenciais expressas nos documentos da época estudada.

Procuraremos evidenciar a possível contribuição do método da história dos conceitos para investigações de natureza epistemológica, em particular, relativas ao estudo histórico da construção do quadro teórico-conceitual da ciência da informação de modo a trazer subsídios para futuros estudos que objetivem identificar a presença ou a ausência de traços disciplinares peculiares e/ou legitimadores. Tal método pode ser justificado para estudos dessa natureza, se pensarmos a dimensão dinâmica da ciência, que não é neutra, por ser fruto de escolhas (teóricas, metodológicas, ideológicas, etc.) que se relacionam com as disputas sociais e políticas.

Entretanto, o interesse da história dos conceitos de Koselleck não se limita a uma propedêutica meramente epistemológica. Diferentemente da concepção da história dos conceitos tradicional defendida por Hermann Lübbe que, sob a influência das ciências naturais, direcionou seus estudos à história da filosofia, o método koselleckiano não tem a pretensão de identificar o uso promiscuo ou arbitrário dos conceitos, para, em seguida, intervir propondo a correção, a normatização e/ou a reutilização de um conceito antigo, em desuso. (VILLACANA; ONCINA, 1997, p.12-13).

O escopo de investigação de Koselleck (2006) reside nas questões relativas à semântica política dos conceitos, ou seja, no estudo dos momentos de duração, alteração e futuridade que uma situação política concreta se expressa linguisticamente. Nesse caso, o referido autor se interessou pelo momento em que os conceitos, ao serem empregados, representam indicadores de mudança política e social. (p.101). Como veremos, esse é um aspecto que aproxima a história dos conceitos da história social, principalmente, por esse método analisar o processo de ressignificação dos conceitos (diacronia) comparado ao seu uso semântico (sincronia) que define linguisticamente (enquanto um referencial) os “horizontes de expectativa”. Nesse caso, do aspecto polissêmico do conceito poderá emergir a tradução de significados do passado para os dias atuais, já que “[...] as palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente de permanência do mesmo conteúdo ou significados por elas designado”. (p.105).

Contudo, podemos dizer que a alternativa histórico-conceitual de Koselleck pode trazer importantes contribuições para os estudos epistemológicos em ciência da informação, sobretudo, se esta for pensada enquanto “ciência-processo” e não somente como “ciência-disciplina”. Tal perspectiva pode ser justificada, ainda, se retomarmos o diagnóstico evidenciado por Kobashi, Smit e Tálamo (2001) em que Oliveira Filho (1995, p.263) postula criticamente emprego “[...] de conceitos fora de seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos”, situação essa que altera os seus significados. Tal aspecto comumente identificado na ciência da informação esvazia o discurso científico, pois termos “[...] vazios de significado (sem conceitos) não podem funcionar como instrumentos de reconstrução teórica ou metodológica”.

Considerando tal constatação, apresentaremos, a título de exemplo, a possível abordagem histórica dos conceitos *documento* e *informação* que fizeram parte da ficha-síntese (expressa em um total de 54 termos) elaborada por Smit, Tálamo e Kobashi (2004). Do estudo dessas autoras, podemos deduzir que existem conceitos que comporiam quadros teóricos “superficiais” ou “profundos” relativos ao grau de relevância e/ou de consistência no universo científico-disciplinar da ciência da informação. Todavia, poderíamos afirmar que, até o momento, a ciência da informação ainda carece de estudos histórico-conceituais mais afinados que evidenciem as particularidades destes quadros teóricos.

Tal lacuna de explicitação teórica nos motivou a tecer alguns comentários preliminares sobre as possibilidades investigativas teórico-metodológicas da história dos conceitos para a ciência da informação, trazendo, como exemplos pontuais, a possibilidade de investigação dos conceitos *documento* e *informação*. Podemos dizer que tais conceitos fazem parte do quadro teórico-conceitual “profundo” da ciência da informação – em grau de complexidade e relevância –, pois são comumente apresentados como objetos de estudo privilegiados nesta disciplina, assim como podemos observar nas investigações de autores como Buckland (1991; 1997), Rodríguez Bravo (2002), Capurro e Hjørland (2007) et al.

4 HISTÓRIA DOS CONCEITOS E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Desde uma perspectiva epistemológica, partimos da premissa de que os estudos de Koselleck (1992; 2006) podem contribuir para a ciência da informação diante das possibilidades de investigação dos seus conceitos científicos por meio do método da história dos conceitos. Não obstante, a importância de estudos dessa natureza se justifica a partir da situação já levantada de que a ciência da informação tradicionalmente e, em nome da interdisciplinaridade, emprestou de outras disciplinas *conceitos*, muitas vezes, sem uma reflexão epistemológica do impacto das possíveis incongruências e incompatibilidades teóricas para a delimitação de sua identidade científico-disciplinar.

Em sua abordagem semântica, Koselleck (2006) deixou claro que o seu interesse não é puramente “histórico-linguístico”, uma vez que ele não busca apenas os significados históricos dos termos. O autor tentou transcender a perspectiva histórico-lingüística, no sentido de compreender a experiência humana expressa na linguagem.

Por meio de metacategorias temporais abstratas, o estudo lingüístico serve de “pano de fundo” para explicar a dimensão da ação social na união, em diferentes níveis, da história dos conceitos com a história social. Pela própria dificuldade que a história social tem em identificar os processos e as transformações sociolingüísticas implícitas nas fontes, a história dos conceitos aparece como uma “disciplina auxiliar”. Conforme explicou Pereira (2004, p.48),

[...] a história dos conceitos é apenas parte da história social, um momento da crítica das fontes. O estudo sobre o uso e significados dos conceitos sociopolíticos pode assim clarificar os conflitos e tensões, os momentos de permanência, de mudança e de projeção futura contidos em determinada situação histórica. A abordagem semântica, portanto, abre perspectivas novas para o estudo no campo histórico-social, fornecendo

indícios das tensões entre grupos sociais através da investigação das “lutas semânticas” travadas neste domínio.

Num primeiro momento, o método da história dos conceitos adquire um plano primeiramente filológico, afastando-se da história social para identificar os conceitos que podem se apresentar aparentemente sem grandes diferenças conteudísticas. A análise terminológica estaria mais próxima desse primeiro nível por se ater mais a construções semânticas da língua podendo se aproximar intermediariamente de um segundo momento que relaciona a construção semântico-lingüística com o seu contexto e temporalidade.

Em um contexto prático-disciplinar, a análise terminológica foi empregada por Smit, Tálamo e Kobashi (2004). Essas autoras postulam que os “[...] termos utilizados pela área não refletem conceitos, mas remetem a procedimentos práticos, instrumentos que regulamentam as aplicações práticas ou a outras áreas do conhecimento”; e, além disso, observaram que “[...] a ciência da informação se enuncia formalmente como um objeto teórico [ou seja, informação] que carece de construção conceitual”.

Todavia, é no segundo momento que o método da história dos conceitos adquire maior particularidade quando busca associar os conceitos ao seu respectivo contexto situacional e à sua respectiva coordenação temporal, podendo estes estar mais próximos a “índices de realidades”, ou seja, a conteúdos de experiências, a conjunturas, a modos de pensar mais consolidados e sedimentados; e a “fatores de mudança social”, próximos a visualizações de um futuro possível, projetos, prognósticos.

Esse tratamento qualitativo evidencia um aspecto mais profundo da análise proposta no âmbito da história dos conceitos. Ela se situa notadamente num terceiro momento que busca a identificação da permanência dos significados dos conceitos estruturais na realidade social, contribuindo, por sua vez, para a elaboração e para a crítica dos conceitos científicos atuais utilizados e estudados pela disciplina histórica. Conforme afirma Koselleck (2006, p.115):

A história dos conceitos põe em evidência [...] a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes. Com isso ela ultrapassa a alternativa estreita entre diacronia ou sincronia, passando a remeter à possibilidade de simultaneidade da não-simultaneidade que pode estar contida em um conceito. Dito de outra maneira, ela problematiza algo que faz parte das premissas teóricas da história social, ao avaliar as diferenças de curto, médio ou longo prazos, ao sopesar as diferenças entre acontecimentos e estruturas. A profundidade histórica de um conceito, que não é idêntica à seqüência cronológica de seus significados, ganha com isso uma exigência sistemática, a qual toda investigação de cunho social e histórico deve ter em conta.

Conforme argumentou Koselleck (1992, p.1), é importante para a história dos conceitos a distinção entre conceito e palavra. Embora toda palavra remeta a um sentido que, por sua vez, nos leva a um conteúdo, nem todos os sentidos atribuídos a ela são relevantes para a escrita da história dos conceitos. Para a realização dessa história, os conceitos devem apresentar alguns pré-requisitos para que possam ser delimitados como objetos de estudo.

Esses aspectos demonstrariam o grau valorativo e de complexidade lingüística e histórica do conceito em questão.

A partir disso, Koselleck (1992) demarcou *cinco* pontos relevantes para o desenvolvimento da história dos conceitos, respectivamente: 1) o conceito teorizável; 2) a utilização e o emprego de conceitos; 3) relação entre conceito e contexto no processo de apreensão; 4) unicidade conceitual; 5) como mensurar a força diacrônica do conceito. Abordemos brevemente cada um deles.

Os dois primeiros aspectos referem-se à problemática de escolha daqueles conceitos a serem tomados como objeto de estudo da história dos conceitos. Primeiramente, esta perspectiva histórica procura indagar se os conceitos são frutos de um processo de *teorização* por meio da análise das fontes documentais. Somando-se a isso, ela questiona a relevância do conceito em um determinado contexto tomando, como referência, a controversa avaliação sobre a *utilização* e o *emprego* de conceitos (*Begriffsverwendung*). Koselleck defende a hipótese de que todo conceito é concomitantemente *fato* (*faktor*) e *indicador* (*indikator*), ou seja, todo conceito não é simplesmente fato ou fenômeno lingüístico; ele também é indicador de algo que se situa para além da língua.

Se considerarmos, por exemplo, os conceitos *documento* e *informação* no âmbito da ciência da informação, podemos dizer que estes são frutos dos esforços de um processo de teorização (conceitualização) que remetem a *fatos* e a *indicadores* de realidade. Nesse caso, as representações de *fato* e de *indicador* são evidenciadas pela construção teórica (sob a influência de diferentes correntes/paradigmas) situada num espaço de experiência comum (por exemplo, sob o espectro da ciência da informação) constituindo um campo acadêmico que envolve interesses disciplinares comuns ou adjacentes, sob a influência de práticas profissionais e de visões de mundo particulares.

Nesse sentido, podemos pensar, a partir do conceito lingüístico existente, a realidade histórica que o envolveu e os diferentes fenômenos (sociais e lingüísticos) que nele possam ter incidido para sua formulação e/ou maturação. Em outras palavras, a partir de um fato lingüístico, podemos atuar concretamente sobre a realidade e daí refletir sobre as transformações lingüísticas a respeito das quais um conceito poderá discorrer. Em uma citação esclarecedora, Koselleck (2006, p.109) defendeu que

[...] os conceitos são [...] vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que o seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra. Uma palavra contém possibilidades de significação, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico. [...] O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.

Portanto, a polissemia dos conceitos está condicionada à diversidade da experiência histórica que, por sua vez, matiza o processo de objetivação das totalidades do sentido do conceito expresso em um termo (palavra) que o torna reconhecível. Dessa forma, se pensarmos as particularidades de um conceito científico, poderemos dizer que ele é um importante indicador do comportamento de determinada comunidade científica por ser fruto de uma teorização sistematizada que o consolida em um determinado tempo histórico e que expressa as formas de pensamento, práticas sociais, práticas profissionais, etc.

Assim, o estudo histórico dos conceitos científicos pode contribuir para situá-los enquanto subsídios para a formulação teórica de uma disciplina no universo da teoria do conhecimento e, nessa direção, podemos observar a possível contribuição da história dos conceitos para as discussões epistemológicas em ciência da informação, sobretudo, para pensarmos os conceitos documento e informação. Tais conceitos poderão exprimir a forma de expressão de pensamento que incide no processo de teorização e de sistematização conceitual que, por sua vez, poderá influir e ser influenciado pela atuação do profissional da informação em diferentes sistemas de informação e pelas investigações no campo disciplinar.

Considerando tais potencialidades de elucidação teórica por meio dos conceitos, Koselleck (1992, p.3) demonstrou que o trabalho do historiador do conceito transcende àquele historiador hermenêutico da linguagem por considerar teoricamente “[...] errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica”.

A transcendência do labor do historiador dos conceitos pode ser apreendida se considerarmos que o conceito teorizável de interesse pode se relacionar com conteúdos (inteligíveis) de modo a facilitar a sua compreensão; todavia, esse processo gera relativa tensão diante da complexidade associativa que o conceito pode adquirir. Se pensarmos essa tensão conceitual num contexto científico, logo observaremos que o conceito proposto em um determinado campo disciplinar aparecerá como um “termômetro” comportamental dos pesquisadores que têm suas investigações sob a influência de uma determinada corrente teórica, filosófica, ideológica, política, profissional, etc. que os configurou em um determinado tempo histórico.

Abrindo um parêntese, se tomarmos, por exemplo, o conceito *documento* no contexto científico-disciplinar, poderemos visualizar tais tensões quando delimitamos e explicitamos as formulações conceituais que estão imbricadas nesse universo comportamental e histórico que circunscreve a ciência da informação. Essas tensões associativas são perceptíveis se pensarmos como o termo se torna conceitualmente complexo quando é adjetivado por uma outra expressão, como é o caso do *documento histórico* (para a história); do *documento jurídico* (para o direito); do *documento jurídico-administrativo e histórico* (para a diplomática e para a arquivística), etc.

Para fazermos um breve retrospecto das tensões conceituais decorrentes dessas relações disciplinares, cabe salientar que a “história positivista” do século XIX necessitou, no momento de sua busca por reconhecimento acadêmico-disciplinar, do auxílio da

diplomática que lhe forneceu instrumentalmente subsídios “metódicos” para a análise crítica da estrutura formal dos documentos oficiais (diplomas) contidos nos arquivos. (RABELLO, 2006a). Já a aproximação entre diplomática e arquivística no século XX, que resultou, entre outras coisas, na convergência de elementos conceituais de *documento*, foram influenciados, por sua vez, pelo “espírito positivo” do século XIX e, por conseguinte, pela própria “história positivista”. Todavia, tais acepções foram questionadas pelo movimento historiográfico francês dos *Annales* (RABELLO, 2007) e, muitas vezes, mesmo “inconscientemente”, por parte de teóricos da documentação e da ciência da informação. (RABELLO, 2006b).

Tais aspectos histórico-conceituais evidenciam a indefinição conceitual de *documento* por conta justamente das tensões teóricas que atualmente refletem a compreensão desse conceito no campo da ciência da informação. Como observamos, tais tensões podem transparecer quando ao termo são associadas outras expressões com funções adjetivadoras que buscam justificá-lo conceitualmente em um universo acadêmico-disciplinar.

Voltando ao raciocínio anterior, para formular sobre o terceiro aspecto, Koselleck (1992, p.3-4) partiu do pressuposto que todo “[...] conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tomando-o compreensível” no intuito de argumentar que a história dos conceitos se diferencia da *análise do discurso*. Conforme argumentou, o método da história dos conceitos procura superar o texto sob um outro prisma de análise. Tal abordagem considera a valorização e a “[...] contextualização dos termos em unidades maiores, [em] um conjunto de textos, por exemplo, como livros, panfletos ou manifestos, cartas, jornais, etc.” Dizendo de outra forma, o autor parte da perspectiva na qual o conceito “[...] se insere, articula-se a um contexto ainda mais ampliado para além do próprio texto escrito ou falado. O que significa dizer que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, texto/contextos”.

No quarto aspecto, Koselleck (1992, p.5) buscou demonstrar a conjectura de que “[...] todo conceito só pode [ser] enquanto tal, [se] pensado e falado/expressado uma única vez” tornando-o pensável e inteligível, premissa essa que remete à seguinte questão: “[...] como então pensar uma história dos conceitos, uma vez que este caráter único (*Einnaligkeit*) do uso da língua invalidaria a possibilidade da escrita de uma história enquanto diacronia”. A resposta prévia para essa indagação alia-se ao fato de que, com o passar dos tempos, a palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto, o seu conteúdo altera-se substancialmente.

O autor buscou justificar tal hipótese ao relacionar o uso pragmático da língua com a sua semântica, ou seja, o conteúdo falado pragmaticamente será único e irrepitível (uma situação singular) em um jogo persuasivo entre comunicador e receptor da mensagem. Por outro lado, o conteúdo comunicado só será apreendido se o receptor tiver o conhecimento prévio da semântica (significado das palavras), empregada no ato comunicativo. Conforme ressaltou o autor, a “[...] semântica é assim imprescindível para a comunicação lingüística (*Sprachhandlung*) e para o uso pragmático da língua”, na medida em que todos “[...] esses usos pragmáticos articulados a uma língua, ou que pela língua são iniciados, vivem na verdade de uma semântica que é pré-existente e nos é dada”. (KOSELLECK, 1992, p.5)

A justificativa da história dos conceitos situa-se na percepção de que o tempo da relação semântica diacrônica é mais lento do que o tempo do uso pragmático da língua que ocorre de forma sincrônica. A seguir, Koselleck (1992, p.6) nos explica detalhadamente essa relação entre diacronia e sincronia no uso da língua:

[...] o que a semântica indica é que ela é repetível. Trata-se de estruturas lingüísticas que se repetem e cuja repetição é necessária para que o conceito seja compreensível, ainda que uma única vez. Eu só posso ser compreendido se um mínimo de repetição da semântica estiver pressuposto. E assim os senhores têm uma outra possibilidade da história, a ser pensada não apenas de forma linear sucessiva. Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (*Sprachpragmatik*), que é sempre sincrônico, é relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (*situative Verwendung*) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. As mudanças neste campo são muito mais lentas do que no campo do uso pragmático da língua.

A partir da citação sobredita, poderíamos pensar, hipoteticamente, o estudo das mudanças semânticas do conceito *informação* no contexto teórico da ciência da informação. Não obstante, cabe salientar que, antes de configurar *informação* como “índice de realidade”, seria necessário mapear, assim como fizeram Capurro e Hjørland (2007), as principais correntes teóricas que a conceituaram e que influíram, de alguma forma, no universo teórico da referida disciplina.

Após realizar tal levantamento, a aplicação do método da história dos conceitos poderia contribuir, por exemplo, para aferir em que medida as formulações conceituais de *informação* (representativas de “índices de realidades”) estariam disciplinarmente consolidadas em paradigmas “estruturados” da ciência da informação. Desde essa discussão, tal método poderia revelar, ainda, quais os construtos que representariam o uso sincrônico do conceito (com significados delimitados) nesse universo disciplinar e, por conseguinte, quais seriam as tensões conceituais entre os paradigmas “estruturados” e os demais paradigmas em construção.

Trazendo um exemplo concreto, poderíamos dizer, conjecturalmente, que tais conceitos consolidados de *informação* derivam dos paradigmas “concorrentes” entre si denominados *objetivista*, estudado por autores como García Marco (1998), Pérez Gutiérrez (2000), Martínez Comeche (1995), et al.; e *subjetivista* ou *cognitivo*, investigado por Belkin e Robertson (1976), Belkin (1978), Brokes (1980a; 1980b); Fernández Molina (1994), et al. Por outro lado, diríamos, igualmente, que os conceitos que fazem contraponto a estes conceitos consolidados de *informação* derivam do processo proposicional e de legitimação do ainda recente paradigma nomeado *social* (CAPURRO, 2003) ou *sociológico* (FERNÁNDEZ MOLINA, 2002). (6)

À luz dessas conjecturas, poderíamos dizer, ademais, que o reconhecimento da premência da constituição e da aceitação do *paradigma social* traria à tona alterações semânticas (diacronia) dos conceitos de *informação* consolidados nos paradigmas anteriores, podendo, ainda, evidenciar “fatores de mudanças” disciplinares. (RABELLO, 2008).

Como vimos, a aplicação do método da história dos conceitos na ciência da informação é pertinente justamente por ser possível desvendar as nuances das alterações dos conteúdos dos conceitos que são de difícil percepção e apreensão a partir da tese koselleckiana de que a “diacronia está contida na sincronia”. Para Koselleck (1992, p.10), esta força diacrônica deve ser passível de se mensurar, de alguma forma, quando se pretende trabalhar empiricamente com os conceitos, levando o historiador a se munir de um grande arsenal de fontes documentais.

Para tanto, no quinto aspecto abordado, Koselleck (1992) elencou três variedades de fontes documentais imprescindíveis para a escrita da história dos conceitos, a saber:

1) fontes próprias da linguagem do cotidiano, que no seu uso são únicas por princípio. Tais fontes são caracterizadas pela grande massa documental que perde o seu sentido de “informação” (notícia jornalística, notificado) quando são lidas e quando deixam de ser novas. (Ibid., p.10)

2) fontes do gênero *Zeit* em que a relação entre a repetição e a unidade/singularidade aparece de forma clara. Para o autor, os dicionários e as enciclopédias são um bom exemplo dessa modalidade de fontes. (Ibid., p.11).

3) fontes que permanecem inalteradas no decorrer de suas sucessivas edições, ou seja, “[...] aplica-se aos chamados textos clássicos dos diferentes campos do saber”. (Ibid., p.11).

Podemos deduzir que a segunda e a terceira variedade de fontes apontadas por Koselleck (1992, p.11) seriam de interesse para o estudo conceitual em um contexto científico-disciplinar, na medida em que as fontes bibliográficas apresentam

[...] estruturas repetitivas, de acordo com o tipo específico de texto, encontram-se diferentemente distribuídas. Este me parece ser o argumento decisivo: a semântica comporta sempre em si estruturas de repetição, mas a semântica mesma, de acordo com o gênero e o tipo de texto, possibilitará, impedirá ou mesmo proibirá diferentes formas de repetição.

Para análise de cada afirmação lingüística (e histórica) presente na terceira variedade de fontes, o autor aponta para a necessidade de realizá-la de forma teoricamente criteriosa, pois só assim será possível “[...] perguntar às fontes textuais o que elas indiciam em relação à história concreta e que qualidades possuiriam para co-produzirem história enquanto textos”. (KOSELLECK, 1992, p.11).

Portanto, as fontes de interesse para uma pesquisa histórico-conceitual, sob uma perspectiva epistemológica, seriam os conjuntos de textos que trazem as sistematizações

teóricas alicerçadas em conceitos científicos. Desse modo, tais textos podem se constituir na qualidade de objeto de análise para a uma possível investigação crítica por meio da história dos conceitos. No contexto da presente pesquisa, as fontes de interesse são os documentos bibliográficos que trazem conceitos científicos “inconsciente” ou deliberadamente apropriados de outras disciplinas pela ciência da informação, além daqueles gestados nos seus próprios domínios disciplinares. Ou seja, o interesse recai em todos aqueles textos que trazem os conceitos que compõem o seu universo teórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de formação/formalização de uma teoria científica, poderíamos dizer que o termo é imediato e o conceito é mediato. No contexto teórico, o termo seria a exteriorização lingüística de um conceito científico, pois este último está “enraizado” em uma complexidade lógica e histórica na qual o método da história dos conceitos apresenta-se como um relevante instrumental investigativo. Em ciência, os termos evidenciam a existência dos conceitos (ou da necessidade destes em uma determinada teoria) e, por isso, a análise terminológica é importante em uma primeira fase para a localização dos termos que remeterão aos conceitos no universo teórico. Dizendo de outra forma, tal análise atuaria em uma etapa intermediária em uma fase de catalisação daqueles termos (ou supostos conceitos) que, em uma primeira percepção (por grau de incidência, por exemplo), comporiam o quadro conceitual no universo teórico-científico.

Em um aprofundamento interpretativo dos conceitos identificados, a análise histórico-conceitual seria aquela que tenta transcender à aparência fenomênica do termo. Os construtos científicos, muitas vezes, aparecem simplificados sob a aparência do termo que, por vezes, esconde (ou é incapaz de mostrar) as intenções teóricas, políticas e ideológicas que um conceito científico pode representar, consciente ou inconscientemente, em um determinado período histórico. Ademais, o estudo conceitual pode demonstrar e/ou revelar a importância que um determinado conceito pode ter para o desenvolvimento científico em um plano teórico.

Desse modo, o estudo histórico do conceito, na perspectiva epistemológica, pode ampliar e aproximar a dimensão teórico-científica em que o conceito está inserido à gênese filosófica que contribuiu para a sua constituição. Em termos mais objetivos, quanto mais se busca a cientificidade de uma determinada “ciência” (por meio, por exemplo, do estudo histórico-conceitual), mais é possível se aproximar de sua gênese filosófica.

Nesse sentido, não temos a pretensão de enquadrar a ciência da informação enquanto uma disciplina delimitada e acabada, e sim, pretendemos percebê-la em sua dinâmica constante, como algo em construção. O conceito científico nesse universo seria polissêmico, não conclusivo e passível de questionamento, ou seja, refutável. Nesse caso, não propomos o emprego do método da história dos conceitos para sugerir conceitos completos de significação e definitivos sob o primado da exatidão. Pelo contrário, vemos nesse método a possibilidade de encontrar, no movimento da história, as mudanças semânticas dos conceitos que não estão relacionadas somente ao fenômeno da linguagem, mas que também se relacionam sob a influência de fatores sociais, particularmente, correspondentes aos

limites e possibilidades dos “horizontes de experiência” onde se mesclam a realidade social e as “expectativas de futuro”.

Sob esse prisma, as possibilidades investigativas da história dos conceitos apresentam-se como um importante instrumental para a compreensão das linhas teóricas orientadas pelo conhecimento científico e acadêmico-disciplinar produzido no âmbito da ciência da informação. A premência dos estudos de ordem epistemológica na ciência da informação atesta o quão um método que permite estudar historicamente os conceitos pode ser edificante no seu atual momento histórico-disciplinar, podendo ser empregado, como observamos, para o estudo histórico-conceitual de *documento* e de *informação* que se configuram como importantes conceitos nessa disciplina.

Especificamente sob esse escopo, a pesquisa de Capurro e Hjørland (2007) objetivou realizar o resgate histórico-conceitual acerca do conceito de *informação* na ciência da informação. Embora os autores não tivessem evidenciado claramente a diferença entre termo e conceito no contexto científico-disciplinar, tal estudo é uma referência para as investigações conceituais e epistemológicas em ciência da informação. Além disso, embora o método da história dos conceitos de Koselleck não tenha sido empregado por esses autores, propomos, no presente artigo, atentar para a possibilidade de sua aplicabilidade para a realização de estudos dessa natureza.

Para finalizarmos, cabe destacar que, à luz desse horizonte interpretativo e de maneira preliminar, a pesquisa de Rabello (2006a, 2006b, 2007, 2008) tem se empenhado em apreender a dimensão conceitual de *documento* ao investigar as contribuições de disciplinas como a história, a diplomática e a documentação para compreender o conceito no universo da ciência da informação. Para tanto, foram delineados alguns questionamentos centrais (7) que permitiram a esse autor o contato com “índices de realidade” que configuraram o espaço de experiência em questão (ciência da informação) somado aos “horizontes de expectativas” em direção aos “fatores de mudança” do enfoque disciplinar que refletem, por sua vez, a diacronia na acepção de *documento*.

NOTAS

(1) De modo geral e correndo o risco de conceituar com certa simplificação, Freire-Maia (1997, p.17-18) abordou a diferença entre ciência (“ciência-processo”) e disciplina (“ciência-disciplina”). A “ciência-processo”, conforme explica o autor, seria aquela “em vias de fazer-se”, ou seja, seria o próprio processo de pesquisa (com base metodológica) para a formulação de descrições, interpretações, leis, modelos, teorias, etc. Já a “ciência-disciplina” seria um conjunto de descrições, interpretações, leis, teorias, modelos, etc., que visa ao conhecimento de uma parcela da realidade e que resultou da aplicação de uma metodologia científica especial. Nas palavras do autor, enquanto a ciência-disciplina possa “[...] parecer um edifício acabado, irretocável, cheio de verdades (as ‘verdades científicas’)”, a ciência-processo, ao contrário, “[...] revela que se trata de algo em contínua elaboração, ampliação e revisão”. Pontualmente no universo das *ciências humanas* e considerando a amplitude e a complexidade que a palavra *ciência* remete, Francelin (2004, p.27) argumentou que o pensamento científico “[...] não se forma nem se transforma apenas pelo experimento”, na medida em que, pelo contrário, ele é anterior à *práxis* científica onde se situam “[...] a idéia, o pensamento, o ‘conhecimento do conhecimento’, a filosofia da ciência, que trazem à tona as discussões em torno da epistemologia, dos paradigmas, da ética, da moral, da política, enfim, características relacionadas e inter-relacionadas ao desenvolvimento do conhecimento e aos possíveis desdobramentos e conseqüências que possam trazer”.

(2) Autores como Marcos Recio e Nuño Moral (2000, p.656) argumentam que no *Traité de Documentation* foram traçadas as bases disciplinares da Documentação. Conforme explicou Rayward (1994, p. 237-238), no *Traité* aparece, pela primeira vez, de forma sistemática, a discussão acerca dos problemas gerais de organização da informação e o termo “documentação” que, segundo o autor, foi um neologismo inventado por Otlet para designar o que hoje nós denominamos de “armazenamento e recuperação da informação” (*information storage and retrieval*).

(3) De acordo com Saracevic (1996, p.42-43), um dos acontecimentos que marcaram o “[...] ímpeto de desenvolvimento e a própria origem da ciência da informação podem ser identificados com o artigo de *Vannevar Bush*”. Nesse artigo, Bush argumentou sobre a necessidade de se automatizar o processo de recuperação da informação mediante aparatos tecnológicos e propôs, nesse sentido, a criação de um dispositivo chamado Memex que atuaria na associação automatizada de idéias no intuito de duplicar processos mentais artificialmente mediante uma “memória auxiliar sobressalente” do cientista.

(4) Reinhart Koselleck nasceu em Gornitz, na Alemanha, em 23 de abril de 1923. Doutorou-se em 1954 e teve sua tese publicada em 1959, com o título *Kritik und Krise*. Seu campo de investigação diz respeito à teoria da história e a aspectos da história moderna e contemporânea. Foi professor nas universidades alemãs de Bochum, de Heidelberg e de Bielefeld.

(5) Sobre a influência teórica de Kant e, principalmente, de Shmitt para a criação da história dos conceitos de Koselleck, ler: CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Vilas Boas. A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Shmitt e Reinhart Koselleck. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p. 133-168, jan./abr. 2006.

(6) O *paradigma objetivista* se respalda, em grande medida, na *teoria matemática da comunicação*. De modo geral, nesse paradigma o produtor/emissor da informação, num processo comunicativo, atribui traços objetivos à informação em seu estado bruto (dado) de modo a torná-lo passível de quantificação e controle para uma transmissão idealizadamente otimizada, ou seja, com o mínimo ruído. Nesse caso, o aspecto semântico não é contemplado. Por outro lado, os autores orientados pelo *paradigma subjetivista* questionam justamente a precedência do aspecto semântico na teoria “clássica” da informação e buscam equacionar as variáveis que podem influir no processo cognitivo para apreensão da informação num processo comunicativo. Já o *paradigma social* surge, justamente, do reconhecimento de que estes paradigmas anteriores não contemplam as necessidades informacionais sob a perspectiva social na ciência da informação.

(7) Precisamente no âmbito da pesquisa de Rabello (2006a, 2006b, 2007, 2008), recorreu-se à dimensão historiográfica para saber como e por que ocorreu a crítica do movimento francês dos *Annales* (início do século XX) à “história positivista” que resultou, dentre outras coisas, na ampliação conceitual de documento; e ainda, perguntou-se qual teria sido a contribuição da abordagem hermenêutica proposta pelo movimento dos *Annales* ao estudo da cultura material. (RABELLO, 2007). No campo da diplomática, questionou-se em que medida, durante o século XIX, o “método diplomático” foi concebido instrumentalmente para o questionamento das fontes documentais da “história positivista”. Ainda sob esse prisma, buscou-se saber como foram relacionados os valores histórico e jurídico-administrativo do documento diplomático, inclusive, para se pensar esse documento no bojo da arquivística contemporânea. (RABELLO, 2006a). Já no universo da documentação, indagou-se em que medida existiu a influência do Positivismo para a proposição disciplinar da documentação otletiana e, sob tal perspectiva, perguntou-se qual teria sido a contribuição teórica de Otlet para a ampliação conceitual de documento. Além disso, indagou-se se houve influência da ampliação conceitual de documento proposta pelos *Annales* à concepção de documento de Susanne Briet e, ainda, questionou-se até que ponto essa ampliação conceitual de documento proposta por essa autora se diferenciou da aceção de documento otletiano. (RABELLO, 2006b).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. A existência na História: revelações e riscos da hermenêutica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2007.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v.34, n.1, p.55-85, 1978.

BELKIN, N. J; ROBERTSON, S. E. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Societh for Information Science**, v.24, n.4, p.197-204, 1976.

BLANQUET, M.-F. La fonction documentaire: etude dans une perspective histórica. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v.30, n.4-5, p.199-204, 1993.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BROOKES, B. C. Measurement in information science: objective and subjective metrical space. **Journal of the American Society for Information Science**, v.31, n.4, p.248-255, 1980a.

_____. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, v.2, n.3-4, p.125-133, 1980b.

BUCKLAND, Michal K. Documentation, Information Science, and Library Science in the USA. **Information Processing and Management**, v.32, n.1, p.63-76, 1996.

_____. Emanuel Goldberg, Electronic Document Retrieval, and Vannevar Bush's Memex. **Journal of the American Society for Information Science**, v.43, n.4, p.284-294, may 1997a.

_____. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, p.804-809, 1997b.

_____. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BUSH, Vannevar. As we may think. **Atlantic Monthly**, v.176, n.1, p.101-108, 1945.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia e Ciência da Informação**. [S.l.:s.n.], 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 30 out. 2005.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007.

CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Vilas Boas. A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Shmitt e Reinhart Koselleck. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p. 133-168, jan./abr. 2006.

COMTE, Auguste. Plano dos trabalhos científicos necessários para a reorganização da sociedade. In:_____. **Opúsculos de Filosofia Social: 1819-1828**. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1972. p.55-136. (Biblioteca dos Séculos).

_____. Primeira Lição: exposição da finalidade deste curso, ou considerações gerais sobre a natureza e a importância da filosofia positiva. In:_____. **Curso de Filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti e trad. de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2.ed. São Paulo: Abril, 1983. p.3-20. (Os pensadores).

DAY, R. Paul Otlet's book and the writing of social space. **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.4, p.310-317, 1997.

DUCHEYNE, Steffen. Paul Otlet's of knowledge and linguistic objectivism. **Knowledge Organization**, v.32, n.3, p.110-116, 2005.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, v.17, n.13, p.320-331, 1994.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; MOYA-ANEGÓN, F. Perspectivas epistemológicas "humanas" en la documentación. **Revista Española de Documentación Científica**, v.25, n.3, p.241-253, jul./sept. 2002.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n. 3, p.26-34, set./dez. 2004

FREIRE, Isa Maria. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 262p.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, v. 2, n.2, 2003.

GARCÍA MARCO, Francisco Javier. El concepto de información: una aproximación transdisciplinar. **Revista Geneneral de Información y Documentación**, v.8, n.1, p.303-326, 1998.

_____. Paradigmas científicos en recuperación de información. In:_____. (Ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza: ISKO, 1995. p.99-112.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, María Nélica. Cuestiones epistemológicas de la Ciencia de la Información y de la Bibliotecología. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Problemas sobre teoría y epistemología de la ciencia bibliotecológica y de la información: discusión y análisis**. Ciudad de Mexico: UNAM, 2000a. p.1-15. (Colección: Teoria y Métodos 1. Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas).

_____. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000b. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2007.

_____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.5-18, jan./jun.2001.

HANSSON, Joacim. Hermeneutics as a bridge between the modern and the postmodern in library and information science. **Journal of Documentation**, v.61, n.1, 2005. p.102-113.

HOBBSAWN, Eric. Guerra Fria. In :_____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.223-252.

INGWERSEN, P. Conceptions of information science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992. p.299-312.

JARDIM, J.M., FONSECA, M.O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. **Cadernos BAD**, n.2, p.29-45, 1992.

KOBASHI, Nair Yumiko , SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G.M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v.2, n.2, abr. 2001. Artigo 3. Disponível em: <http://www.dgzero.org/abr01/Art_03.htm>. Acesso em: 23 fev. 2006. Acesso em: 5 abr. 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

_____. Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico. In:_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p.97-188.

LE COADIC, Y.-F. **Ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LÓPEZ YEPES, J. **La documentación como disciplina: teoría e história.** 2. ed. actual. y ampl. Panplona: EUNSA, 1995. 337p.

MARCOS RECIO, J. C.; NUÑO MORAL, M. V. Los nuevos significados del concepto Documentación. In: CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., **Actas...** 2000. Madrid: Universidad Complutense, 2000. Disponível em: <www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Jcmrecio.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2006.

MARTÍNEZ COMECHE, J. A. **Teoría de la información documental y de las instituciones documentales.** Madrid: Síntesis, 1995.

MEYRIAT, J. Un siècle de documentation : la chose et le mot. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v.30, n.4-5, p.192-198, 1993.

OFFENSTADT, Nicolas. Begriffsgeschichte (Histoire des concepts). In : _____. **Les mots de l'historien.** Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2006. p.16-17.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: CENDÓN, Beatriz Valadares et al. **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação.** Coordenação de Marlene de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p.9-28. Didática.

OLIVEIRA FILHO, J.J. Patologias e regras metodológicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9, p.263-268, jan./abr.1995.

OTLET, P. **Traité de documentation** : le livre sur le livre : théorie et pratique. Bruxelles : Mundaneum, 1934.

_____. Documentos e documentação: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris, 1937. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (Separata). Disponível em: <www.conexaorio.com/bit/otlet>. Acesso em: 23 abr. 2006.

PEREIRA, Luísa Rauter. **A História e “o Diálogo que Somos”:** a Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. 2004. 89f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

PÉREZ GUTIÉRREZ, M. **El fenómeno de la información:** una aproximación conceptual. Madrid: Trotta, 2000.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, 1995.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: CASTRO, Lucia Siaines de. **Ciência da Informação**,

Ciências Sociais e Interdisciplinaridade. Organizado por Lena Vânia R. Pinheiro. Brasília: IBICT, 1999. p.155-182.

_____. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.15, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/51/1521>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

RABELLO, R. **A dimensão conceitual do documento:** uma análise comparativa nas áreas de Direito, Arquivologia, Diplomática e Documentação. Marília: [s.n], 2006a. 131p. (Relatório Parcial FAPESP MS 1, Processo: n.04/12841-0).

_____. **O documento na Ciência da Informação:** em busca da construção de um objeto a partir das concepções da documentação e da diplomática. Marília: [s.n], 2006b. 51p. (Relatório Parcial FAPESP MS 2, Processo: n.04/12841-0).

_____. **O documento na Ciência da Informação:** em busca da construção de um objeto a partir das concepções da documentação e da diplomática. Marília: [s.n], 2007. 92p. (Relatório Parcial FAPESP DD 2, Processo: n.06/56180-3).

_____. **O documento na Ciência da Informação:** em busca da construção de um objeto a partir das concepções da documentação e da diplomática. Marília: [s.n], 2008. 249p. (Relatório Parcial FAPESP DD 3, Processo: n.06/56180-3).

RAYWARD, W. B. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto Internacional de Bibliografía / Federación Internacional de Información y Documentación (FID). In: RAYWARD, W. B.; ARNAN RIVED, P. **Hasta la documentación electrónica.** 2.ed. Madrid: Mundarnau, 1995.

_____. The case of Paul Otlet, pioneer of information science, internationalist, visionary: reflections on biography. **Journal of Librarianship and Information Science**, London, v.23, p.135-145, 1991. Disponível em: <http://people.lis.uiuc.edu/~wrayward/otlet/PAUL_OTLET_REFLECTIONS_ON_BIOG.HTM>. Acesso em: 30 jul. 2006.

_____. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hypertext. **Journal of the American Society for Information Science**, p.235-250, may 1994.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação.** Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003. 245p.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. **El documento:** entre la tradición y la renovación. Granada: Ediciones Trea, 2002. p.17-40. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 67).

SANDER, S. La sociedad del conocimiento en Paul Otlet: un proyecto comteano. **Investigación Bibliotecológica**, v.16, n.32, p.26-40, enero / jun. 2002.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, 1995.

_____. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Persp. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996.

_____. Information Science. **JASIS - Journal of The American Society for Information Science**, v.50, n.12: p.1051-1063, 1999.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.91-105.

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p.9-23. (Coleção Palavra-Chave, 13).

VILLACAÑAS, José Luis; ONCINA, Faustino. Introducción. In: KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. **Historia y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 1997. p.9-54. (Pensamiento Contemporáneo, 43).

VUILLEMIN, Jules. Conceito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v.37, p. 77-124.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information processing & Management*, v.29, n.2, p.229-239, 1993.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, dec. 1975.

WOLEDGE, G. "Bibliography" and "Documentation": words and ideas. **Journal of Documentation**, v.39, n.4, p.266-279, 1983.

ZINS, Chaim. Conceptions of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.58, n.3, p.335-350, 2007.

ABSTRACT

Considering the subjects of conceptual order that exist in the epistemological universe of the information science, the main goal is to discuss about the relevance and the possible theoretical-methodological contribution of the history of concepts to the information science concerning the efforts to explain the concepts that belong to its theoretical picture. Therefore, initially, some theoretical-discipline interpretations of the information science were approached and, soon after, the meanings of scientific concept and history of concepts

were discussed in the sense of pointing for a possible dialogue between this theoretical-methodological and the epistemological discussions in the field of the information science.

KEYWORDS: History of concepts. Methodology. Reinhart Koselleck. Epistemology. Information Science.

Originais recebidos em: 19/05/2008

Texto aprovado em: 02/09/2008